

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.167 - RS (2019/0267114-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : RIO GRANDE ENERGIA S/A  
**ADVOGADOS** : MARCOANTONIO FRANZEN - RS040432  
MOISES GRAFFUNDER DE VARGAS E OUTRO(S) - RS066619  
JOSE MAURO BARBIERI - RS017169  
**AGRAVADO** : NELSON LAZZARI  
**ADVOGADO** : ALVADI ANTONIO GRISELI - RS052582

**DESPACHO**

Trata-se de agravo manejado em face de decisão que não admitiu o recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 312):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DECORRENTE DA INEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE (FATO DE TERCEIRO OU CASO FORTUITO) NÃO DEMONSTRADA. DANO MORAL IN RE IPSA CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO CONFORME ARTIGO 405 DO CÓDIGO CIVIL. REDIMENSIONAMENTO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL AFASTADO. SÚMULA 326 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. No que pertine à preliminar de ilegitimidade passiva da Rio Grande Energia S.A., não merece acolhimento. Isso porque, em se tratando de demanda indenizatória, na qual a parte autora alega abalo moral por conta da interrupção em sua propriedade do fornecimento de energia elétrica, serviço este prestado pela concessionária demandada, não há falar em ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda.

2. No mérito, são aplicáveis às relações existentes entre as empresas

concessionárias de serviços públicos e às pessoas físicas e jurídicas que se utilizam dos serviços como destinatárias finais do serviço, as normas do Código de Defesa do Consumidor, dentre outras, quanto à responsabilidade independentemente de culpa (art. 14) e quanto à essencialidade, adequação, eficiência e segurança do serviço (art. 22).

3. No caso, a parte autora refere ter ocorrido a interrupção do fornecimento de energia elétrica a partir do dia 01-02-2014, sendo que o fornecimento de energia somente voltou à normalidade no dia 03-02-2014, totalizando 51 horas. A ré, por outro lado, sustenta que o fornecimento de energia foi interrompido somente por 44 horas e que decorreu da queda de eucaliptos sobre o sistema de transmissão de energia elétrica. Salienta que a responsabilidade pela poda da referida vegetação é do particular, proprietário do terreno, eis que tais árvores não se encontram dentro da servidão de passagem de eletroduto.

4. Há que se referir que tempestades, chuvas e ventos fortes não são fatos imprevisíveis, tampouco configuram caso fortuito ou força maior para afastar a responsabilidade de concessionária de restabelecer o serviço em tempo razoável. Precedentes desta colenda Câmara Cível. Na hipótese, a interrupção no fornecimento de energia elétrica excedeu o prazo de 48 horas previsto na Resolução 414/10 da ANEEL, inciso II do artigo 176, eis que a parte ré não se desincumbiu do seu ônus probatório relativamente ao prazo de suspensão do seu serviço.

5. Em relação à alegação de que a interrupção de energia elétrica ocorrera por conta da queda de eucaliptos sobre a rede que fornece o serviço em questão, vegetação esta de responsabilidade do proprietário da área na qual estão plantadas as árvores, tem-se que também não prospera. Isso porque tal fato não está devidamente comprovado. Compulsando o feito, a prova emprestada trazida pela parte ré não é suficiente para demonstrar que as árvores que provocaram o rompimento do sistema de fornecimento de energia elétrica são de responsabilidade de outrem. Por outro lado, há testemunha que afirma que a distância entre a linha de transmissão e as árvores é, provavelmente, de 3 a 4 metros, isto é, dentro da região de responsabilidade da demandada, conforme, inclusive, por ela afirmado.

6. Assim, resta comprovada a falha na prestação do serviço e configurado o dano moral *in re ipsa*, evidenciando os pressupostos legais que embasam a reparação pretendida.

7. Relativamente ao valor conferido pelo Juízo de Origem (R\$ 3.000,00) tenho que deve ser mantido. Isso porque o valor arbitrado em sentença poderia, com base nas peculiaridades do caso em tela, assim como nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade e nos precedentes desta c. Câmara, ter sido arbitrado em maior cifra, ainda sem proporcionar o enriquecimento indevido. Portanto, não há como acolher o pleito de redução do numerário.

8. Em relação à incidência dos juros de mora, também sem razão a parte apelante, pois devem ser contados a partir da citação (artigo 405 do Código Civil).

9. Quanto ao pedido de redistribuição da sucumbência, indevida a readequação da verba de sucumbência, uma vez que a Súmula 326 do e.STJ aponta que nas ações de indenização por dano moral, a condenação em valor inferior ao requerido na petição inicial não configura decaimento da pretensão autoral, sendo este o caso dos autos.

SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

Na hipótese, trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada pelo agravado NELSON LAZZARI em face da agravante RIO GRANDE ENERGIA S/A, empresa concessionária de serviço público, decorrente de interrupção no fornecimento de energia elétrica à propriedade do autor, por mais de 48 (quarenta e oito) horas consecutivas.

Desse modo, considerando a natureza da relação jurídica litigiosa, entendo que a matéria está inserida na competência das Turmas integrantes da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, a teor do disposto no art. 9º, § 1º e incisos, do Regimento Interno do STJ. Confira-se:

Art. 9º A competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

§ 1º À Primeira Seção cabe processar e julgar os feitos relativos a:

[...]

X - preços públicos e multas de qualquer natureza;

[...]

XIV - direito público em geral;

Em face do exposto, determino a redistribuição do presente agravo em

# *Superior Tribunal de Justiça*

recurso especial a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora